



UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE SOJA NUM CONTEXTO DE CRISE DO SOCIOMETABOLISMO

Raimundo Edson Pinto Botelho ¹

José de Ribamar Sá Silva ²

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a precarização das relações de trabalho na produção de soja num contexto de crise do capital, prevalência das forças de mercado e as novas formas de resistência da classe trabalhadora. Para isso analisou-se alguns indicadores da atual crise, bem como, referências voltadas ao tema. Se por um lado, o capitalismo tem intensificado as formas de exploração da classe trabalhadora, por outro, mesmo com a crise do sindicalismo e das direções há um ascenso das lutas sociais, ainda que na produção de soja essas lutas sejam débeis em sua grande maioria e não possuam caráter antiestrutural.

Palavras-chave: Produção de soja. Crise do capital. Precarização do trabalho. Lutas sociais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the precariousness of labor relations in soybean production in a context of crisis of capital, prevalence of market forces and new ways of working class resistance. For this we analyzed some indicators of crisis, as well as on the subject. On one hand, capitalism has intensified forms of exploitation of the working class, on the other hand, even with the crisis of unionism and the directions there is a rise in social struggles, albeit in soybean production these struggles are mostly weak and don't have character anti estrutural.

Keywords: Soybean production. Crisis of capital. Precariousness work. Social struggles.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: raimundobotelho@yahoo.com.br

² Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: zederiba@hotmail.com.br



1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um estudo de tese desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas que tenta analisar a precarização das relações de trabalho na produção de soja. Tal processo de precarização tem se dado substancialmente, particularmente a partir do advento do neoliberalismo, com o desmonte das legislações trabalhistas para atender os anseios do capital em sua forma mais perversa, especificamente com a intensificação da crise do sociometabolismo.

Neste sentido, o artigo foi organizado, em duas partes, além da introdução. Numa primeira parte discute-se o processo de precarização do trabalho como uma expressão da crise do capital que se instaura a nível mundial desde a década de 1970, com a hegemonia neoliberal. Além disso, aborda-se as lutas sociais como expressão da precarização, da exploração e humilhação impostas pelo capital sobre a classe trabalhadora no Maranhão num contexto investimentos seletivos. Por fim, conclui-se o artigo afirmando que, mesmo num contexto de crise e da hegemonia das forças do capital sobre o trabalho, as lutas sociais, tendo como centralidade o trabalho são, ainda, uma das formas mais viáveis para que haja uma transformação na estrutura do sociometabolismo.

1. PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E LUTAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE SOJA NUM CONTEXTO DE CRISE DO SOCIOMETABOLISMO

Marx (2002) entende que o trabalho é fundamento da produção material da vida e, como tal é uma condição necessária da reprodução dos seres humanos. Sendo assim, teleologicamente, para se materializar precisa antes ser pensado. Essa é a característica que distingue o homem dos demais animais, por isso, Lukács (2012), entende que é o fundamento ontológico, ou seja, transforma o homem em um ser social. O trabalho além de condição de existência do ser social é ponto de partida e motor decisivo do processo de hominização do homem.



Se por um lado, o trabalho é algo necessário, produz valor, contraditoriamente é meio de alienação³. Portanto, é uma relação de estranhamento do homem consigo mesmo e com o produto do seu trabalho. De acordo com Lukács (2010) o processo de alienação na atual fase do capitalismo, não é o mesmo da época de Marx, onde prevalecia a mais valia absoluta.

A crítica à centralidade do trabalho e do proletariado com agente histórico se deu a partir dos anos de 1970, em virtude da crise do fordismo/taylorismo, da redução do trabalho industrial, incremento da ciência e tecnologia, da ampliação dos meios de produção e da elevação do setor de serviços. Com isso, muitos intelectuais, como Habermas, Kurz, Gorz, Schaf, Fukuyama, têm decretado o fim da classe trabalhadora e da história. Como contraponto Katz (1995, p. 144), afirma que se o proletariado desaparecesse o próprio capitalismo sucumbiria já que não haveria trabalho vivo, mais-valia, lucro e consumidores para os produtos gerados pelos robôs. Portanto, o que há é uma precarização crescente do trabalho e metamorfose da classe trabalhadora, como afirma Antunes (2002). Esta inclui a totalidade “[...] daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 2002, p.102).

É claro que a classe trabalhadora é constituída por um complexo de trabalhadores das mais variadas categorias e sua definição básica é aquela que menciona Marx, como sendo a classe que possui apenas a força de trabalho para ser vendida ao capitalista em troca do salário; ela, portanto, é a classe que será explorada para garantir a mais valia do capitalista. A classe se define em última instância, na luta, como, diria Thompson (2012). Ao contrário do que afirmam os autores que defendem o fim do trabalho, o que tem havido é um processo de precarização das relações de trabalho particularmente na atual crise do capital.

A crise do capital em sua fase atual, 2008, é uma continuação das demais crises que já vem acontecendo desde a década de 1970 (COGGIOLA, 2011). Aliás, este é um sistema que vive em eterna crise e, além de se retroalimentar destas, por impulsionar as indústrias bélicas e de reconstrução, é responsável não somente por uma

³ A alienação atual se configura pela manipulação que a mercadoria e o marketing exercem na vida do trabalhador. Antes o estranhamento estava nas condições desumanas de trabalho, hoje é a manipulação exercida pela mercadoria e por uma vida baseada no consumo dos produtos. Para Maiores aprofundamentos buscar as obras de MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2011 e MÉSZÁROS, S. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.



nova forma de exploração da força de trabalho ainda mais brutal que a anterior, baseada no fordismo/taylorismo, como também de um grande índice de desemprego inclusive no centro do capitalismo, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1- Taxas de desemprego na Zona do Euro, Estados Unidos e Japão em 2012.

PAÍSES	Taxas de desemprego (%)	População jovem (%)
Zona do Euro	10,8	22
Portugal	15	35
Irlanda	14,2*	—
Itália	8,3*	—
Grécia	21,7	54
Espanha	23,6	53
França	10	22,5
Estados Unidos	8,2	—
Japão	4,5 ⁴	—

Fonte: Eurostat 2012; Euronews 2012 (*dados de 2011).

O crac, que teve como epicentro a crise financeira se espalhou pelos demais países do centro do capitalismo, como Zona do Euro⁵, Japão e Estados Unidos, na chamada tríade, já era uma tragédia anunciada: a partir da década de 1970, o crescimento econômico destes países era baixo, o privilégio à especulação em detrimento do capital produtivo e a crise do fordismo são fatores que podem fazer entrar em colapso o sociometabolismo. Somado a estes fatores, a fuga de empresas, a queda do crescimento, e outros elementos de ordem macroeconômica, tem-se o aumento das taxas de desemprego nos países do centro do sistema financeiro mundial.

Independente da fase, a crise é do capital e não apenas do neoliberalismo, no entender de Coggiola (1995, p. 202). Segundo ele, não existe uma ofensiva econômica, política e ideológica neoliberal, como novo capitalismo, mas um conjunto de políticas contra a classe trabalhadora. A crise do capital também impõe aos países e à classe trabalhadora, de uma forma particular, a adesão à nova lógica produtiva, que geralmente

⁴ O dado acima foi extraído de uma matéria “Desemprego no Japão cai a 4,5% em fevereiro”. Acesso em 30 de março de 2012: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/desemprego-no-japao-cai-45-em-fevereiro.html>.

⁵ Cf. Coggiola (2011), a força de trabalho nesses países é consideravelmente menos explorada do que nos países da periferia do capitalismo, como, China, demais países asiáticos, América latina, etc. Em contrapartida, como o capital sobrevive da mais valia é necessário encontrar novos locais para superexplorar. Há, portanto, um deslocamento das empresas desses países, principalmente para o centro do capital produtivo atual, a China, que além das maiores taxas de exploração da força de trabalho, possui um elevado padrão tecnológico.



vem regada com um pacote de austeridade fiscal, que implica na redução dos gastos públicos, perda de direitos do trabalhador e flexibilização, caracterizando a precarização das relações de trabalho.

O processo de precarização, de acordo com Mattoso (1993, p. 126), é caracterizado pelas relações informais, ou seja, pela “insegurança no emprego”, pela falta de estabilidade, pela subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários, etc. Estas relações se dão não somente na periferia, mas também no centro do capitalismo. A justificativa para o incremento do trabalho temporário é o processo de *just-in-time*, ou seja, a ausência de estoque de mão de obra nas fábricas sem necessidade. Só possuirá estabilidade um estoque limitado de trabalhadores qualificados difíceis de serem substituídos e com maiores responsabilidades. Em volta do núcleo gravitará uma grande quantidade de trabalhadores instáveis. A empresa pode funcionar mais flexível sem mencionar as fracas relações sindicais que haverá entre os trabalhadores temporários e os trabalhadores permanentes.

Mészáros (2006) vai afirmar que a precarização e o desemprego serão os dois maiores desafios que a esquerda deverá enfrentar na contemporaneidade. Segundo o autor, o desemprego não é apenas conjuntural, mas estrutural; não atinge apenas os países da periferia do capitalismo, mas inclusive os países do centro do capitalismo mundial; não atinge apenas os trabalhadores não qualificados, mas também aqueles que possuem um alto índice de qualificação. Além disso, afirma que a flexibilização é um mito, pois, apesar da redução da jornada de trabalho em alguns países, para 35 horas semanais, em muitas das vezes há uma elevação da jornada de trabalho, fazendo com que o trabalhador transponha sua jornada de trabalho para além da “fábrica”: sua casa.

De acordo com Alves (2005) e Antunes (2006), no Brasil, o processo de precarização do trabalho inicia-se nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso se aprofunda ainda mais com o governo Lula com a reforma sindical e trabalhista, por meio da “desconstrução da legislação social”. No entanto, a classe trabalhadora tem se mostrado resistente a esse processo de precarização apontando para um cenário de intensas lutas, ainda que conjuntamente haja uma crise do sindicalismo e do partido político, enquanto instituições que conduzem as lutas.

Apesar da crise do sindicalismo, Boito Jr. (2003, p. 323) afirma que, embora haja um recuo do sindicalismo a nível internacional, ele não é homogêneo. No Brasil,



Boito Jr. e Marcelino (2010) afirmam que, mesmo com o processo refluxo, a partir dos anos 2000 há um afluxo do movimento sindical, registrado por uma grande quantidade de greves. Além da crise, tal refluxo se acentua ainda mais devido o controle feito pelas direções pelegas, que ao invés de um sindicalismo combativo adotam uma postura defensiva.

Na concepção de Mattoso (1993) a reação dos trabalhadores diante do novo e inseguro mundo do trabalho é de defensividade. A grande preocupação do trabalhador é com o funcionamento da indústria e não mais com a manutenção dos direitos trabalhistas, ou seja, em última instância, a preocupação é com a manutenção do emprego, mesmo que as condições de trabalho sejam precarizadas. Na concepção de Dias (s.d.), na atual fase caracterizada pela reestruturação produtiva, a luta dos trabalhadores é totalmente fragmentada, pois, segundo ele, o capital busca

destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas seus coletivos. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção é exemplar: faz-se com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão (DIAS, p. 50).

No Maranhão, o processo de precarização do trabalho se dá com maior intensidade nos territórios ocupados pelos “grandes projetos”, pois, o capital se intensifica no campo com maior proporção a partir dos anos de 1970, com a instituição do II PND, II Plano Nacional de Desenvolvimento, momento em que foi implantado o PRODECER III, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, numa conjuntura internacional marcada pelo Choque do Petróleo, caracterizada pelo calote da dívida dos Estados Unidos. Neste momento há uma disputa intercapitalista por parte das burguesias nipônicas e americana, para produzir commodities⁶ (alimentos, minérios etc.) no cerrado.

A partir da intensificação do capital na agricultura, embora em proporções distintas, concomitantemente tem-se o processo de proletarização no campo. Este se

⁶ Commodity significa mercadoria em inglês, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial, pelas grandes multinacionais que controlam o preço e a produção. As commodities são negociadas em bolsas de mercadorias, portanto, seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. São produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. Também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas.



origina com a expropriação dos camponeses⁷, tendo como base a constituição de um proletariado rural, conforme menciona Ianni (2005, p. 132)⁸. No Maranhão, esse processo se dá a partir da década de 1970, com a criação da Lei de Terras de 1969. Tal processo teve como fundamento a expropriação de uma grande quantidade de camponeses e capacidade de uso de uma força de trabalho com um fantástico potencial para explorar. Embora tenha havido a elevação da proletarização rural não há uma supressão do campesinato. Além disso, somente uma parcela insignificante da população economicamente ativa é absorvida pelo agronegócio, uma vez que grande parte dos trabalhadores rurais expropriada pelo agronegócio foi incorporada ao exército industrial de reserva na periferia das médias e grandes cidades.

Apesar das ações isoladas e sem cunho estrutural, tem-se assistido, a nível internacional e local, várias resistências por parte do “mundo do trabalho” diante dos pressupostos da imposição das forças de mercado. Tais lutas representam oxigenações diante de um cenário de flexibilização e de captura da subjetividade da classe trabalhadora, particularmente no âmbito do agronegócio, onde as condições de trabalho e a forma de organização não apontam para um processo de tomada de consciência, tendo em vista que se trata de um trabalho onde a dispersão e as lideranças sindicais dificultam a constituição de uma classe para si.

Neste sentido, o processo de resistência tem se dado de duas formas distintas: ao contrário do Movimento dos trabalhadores Sem Terra, MST, em que a luta pela posse da terra e pelos direitos se dá através do enfrentamento direto e ocupação com seus membros, o sindicalismo contagiano, que representa os trabalhadores rurais, usa a negociação somente com as lideranças, como forma de enfrentamento da problemática do trabalho no campo, fato que tem contribuído ainda mais para desmobilizar a classe trabalhadora.

De acordo com Barbosa (2009), se por um lado, tem-se uma passivização das lutas sociais, devido à hegemonia neoliberal, por outro, tem-se as resistências e, nos últimos anos, em meio à crise, uma ascensão de diversos processos revolucionários, que embora sem direção, caracterizaram-se como movimentos antissistêmicos. No

⁷ A expropriação é, segundo Marx (2002), o “[...] processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2002, p. 828), só que com uma grande diferença: na Inglaterra os camponeses expropriados foram trabalhar na indústria, no Maranhão, nem isso.

⁸ A proletarização, segundo Ianni (2005), aparece, de fato, quando o camponês não possui, nem real nem imaginariamente, os meios de produção, neste caso, a terra em que o camponês trabalha, tendo ou não título de propriedade.



Maranhão, as formas de luta e resistência no campo, nos locais onde prevalece o agronegócio, constituem uma iniciativa espontânea, que têm como ponto de partida a atuação dos próprios camponeses expropriados pelo agronegócio, uma vez que há uma inércia nas direções sindicais e demais entidades que representam os trabalhadores.

No Maranhão, particularmente em Balsas, o processo de luta social, sobretudo, por parte da classe trabalhadora no campo ainda é muito isolada tendo pouca participação do sindicalismo, pois, este muita das vezes está atrelado mais aos serviços burocráticos do que ao enfrentamento do agronegócio; está mais interessado numa aliança entre capital e trabalhadores rurais, mediando o conflito, do que em atuar na luta pelos direitos.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das lutas sociais se acirrarem a nível mundial, o capital, por meio de um conjunto de ações coordenadas pelo projeto neoliberal tem conseguido precarizar substancialmente as relações de trabalho, particularmente no contexto caracterizado pela sobreposição da financeirização sobre o capital produtivo e crise.

Além de pontuais e seletivos, como os atuais investimentos existentes na dinâmica capitalista contemporânea, os “grandes empreendimentos” atraídos para o Maranhão promovem e acirram ainda mais o processo de precarização do trabalho, pois, geram poucos postos de trabalho e destroem um mercado local, que embora frágil e débil, representava a base da reprodução social da população destas municipalidades.

O processo de precarização do trabalho no campo é algo inevitável, dadas às circunstâncias do processo de organização do trabalho agrícola (disperso e com fraca atuação sindical) e atual contexto socioespacial, caracterizado pela hegemonia do mercado. Distante dos programas reformistas que apontam para as medidas emergenciais, tal processo só poderá ser superado quando houver uma tomada de consciência, com a transposição de uma classe em si para uma classe para si.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.



ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís, Editora da UEMA, 2006.

BOITO JUNIOR, A. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOITO JUNIOR, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, pp. 323-338, Maio/Ago, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo, futuro do capitalismo? In: COGGIOLA, O.; KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **A crise do capitalismo mundial**: de Nova York a Pequim, com escala em Atenas. São Paulo: Editora Pradense, 2012.

DIAS, E. F. "Reestruturação produtiva": forma atual da luta de classes. Revista Outubro. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2012.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KATZ, Cláudio. O fim da classe operária? In: COGGIOLA, O.; KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

Lukács, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOSO, J. **Trabalho e desigualdade social no final do século XX**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, Brasil, 1993.

MÉSZÁROS, S. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe trabalhadora inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.